

Campos de Estágio e a inserção dos discentes do Curso de Serviço Social da PUC-Campinas nos diversos espaços sócio-ocupacionais da profissão

Profa. Dra. Edna Maria Goulart JOAZEIRO¹

Prof. Dr. Duarcides Ferreira MARIOS²

Profa. Dra. Jeanete Liasch MARTINS DE SÁ³

Resumo

Analisa-se, neste artigo, a inserção do estagiário do Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas nos diversos espaços sócio-ocupacionais da profissão. O Estágio Supervisionado é o eixo mediador usado para evidenciar a relação universidade-sociedade que se materializa em cada atendimento prestado à população usuária e que é realizado nas instituições campo de estágio com a colaboração e o envolvimento dos discentes do curso. Tomou-se como referência autores assistentes sociais que escreveram sobre o tema, e como fonte de dados às informações dos próprios estagiários que as colheram, sistematizaram e apresentaram na forma de pôsteres em mostra organizada para esse fim. As vivências e experiências no campo de estágio, demonstradas pelo número total de atendimento, pela quantidade de municípios atendidos, pelas áreas e segmentos de atuação profissional e pelos discentes envolvidos, somadas à complexidade dos serviços prestados aos usuários, revelam o quanto os alunos do Curso de Serviço Social contribuem, no espaço da Universidade e na realidade social concreta do exercício profissional, para com a realização da missão da PUC-Campinas, que é a de contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária por meio da produção, sistematização e socialização do conhecimento.

Palavras-chave: Ensino Superior, Serviço Social, Estágio Supervisionado, Mediação.

Abstract

This article aim to analyze the insertion of the trainees from the Course of Social Work at the Pontifícia Universidade Católica de Campinas in the various socio-occupational areas of the profession. The Supervised Internship is the mediator shaft used to highlight the university-society relationship that is embodied in each service provided to the user population and who is held in institutions training field with the cooperation and involving the students of the course. Was taken as reference social workers

¹ Docente da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas, com doutorado em Educação pela UNICAMP e Pós-Doutorado em Serviço Social pela PUC-São Paulo. *E-mail:* ednajoazeiro@puc-campinas.edu.br

² Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Integrador Acadêmico de Graduação da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas, com doutorado em Sociologia pela UNICAMP. *E-mail:* duarcidesmariosa@puc-campinas.edu.br

³ Docente e Diretora da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas com doutorado em Serviço Social pela PUC-São Paulo. *E-mail:* jmartinsdesa@puc-campinas.edu.br

authors who have written on the subject, and as the source of data the information from the trainees themselves, collected, systematized and presented as posters at shows organized for this purpose. The experiences and learning in the field of stage, demonstrated by the total number of patients, the number of cities, areas and segments of professional performance and teachers involved, coupled with the complexity of services provided to users, reveal how learners of the Course of Service social contribute in the university area and the concrete social reality of professional practice, for the realization of the PUC - Campinas mission, which is to contribute to building a just and caring society through the production, organization and socialization of knowledge.

Keywords: Higher Education, Social Works, Supervised Internship.

INTRODUÇÃO

Na consolidação do campo de conhecimento e de intervenção do Serviço Social é inequívoca a importância da relação e da articulação entre o espaço social da Universidade e o da instituição campo de estágio.

Na história da profissão, a característica de extraterritorialidade do processo formativo esteve sempre presente, dado que concorrem para esse processo tanto a Universidade, quanto o campo de estágio. Nessa perspectiva, o ato de formar não está adstrito ao *"lugar onde"* se realiza especificamente o estágio, mas na articulação e na relação com diversos saberes presentes no âmbito da formação na Universidade e além dela, no próprio campo de estágio. É indispensável, portanto, que haja uma articulação entre os registros desses dois espaços de formação, pois, caso contrário, colocaremos o estudante estagiário *"em duas lógicas paralelas, entre a do trabalho e a da formação"* (SCHWARTZ, 2005, p. 238; JOAZEIRO, 2002; JOAZEIRO, 2008).

Ao longo do processo formativo do assistente social, existe uma relação de interpenetração e de interdependência recíproca, que se dá de forma inequívoca entre esses espaços. Essa dupla inserção, no espaço da Universidade e na realidade social concreta do exercício profissional vivenciado no campo de estágio, pressupõe e exige uma gradual e sólida aproximação do estudante com o mundo do trabalho. Pressupõe, também, o acesso concomitante ao conhecimento do *corpus* de saberes da profissão, o que exige um rigoroso trato

teórico, histórico e metodológico da realidade social e das múltiplas relações e implicações para o aprendizado das muitas dimensões indispensáveis ao exercício profissional *do e no* Serviço Social. Falamos, portanto, de mediações.

Particularmente, para o assistente social, as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas são inerentes à sua atividade e possibilitam a construção de mediações teórico-críticas sobre o exercício do trabalho profissional, com vistas a apreender a historicidade, a contradição e a totalidade dos processos sociais que conformam a realidade das organizações campos de estágio. Para Maria Lúcia Martinelli (1993, p. 36):

"Mediações são categorias instrumentais pelas quais se processa a operacionalização da ação profissional. Expressam-se pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias e pelas quais a ação profissional ganha operacionalidade e concretude. São instâncias de passagem da teoria para a prática, são vias de penetração nas tramas constitutivas do real. Nesse sentido, a própria prática profissional é uma mediação, pois coloca em movimento toda uma cadeia de vínculos na relação totalidade/particularidade, tendo em vista a superação da realidade social concreta".

Neste estudo, queremos apontar para a diversidade dos elementos que concorrem para que as vivências e experiências dos estagiários em campo sejam um *intervir* buscando compreender os nexos e os sentidos, um *aprender* realizando, que constitui o cerne da atividade profissional.

Os dados apresentados referem-se à participação dos discentes de graduação da Faculdade de Serviço Social, da PUC-Campinas, no conjunto de atendimentos realizados no primeiro semestre de 2013 em seus respectivos locais de estágio, conforme esta foi condensada, registrada e exibida ao público na *Mostra de Estágio* ocorrida entre os dias 05 e 06 de junho de 2013, em espaço coletivo do Complexo do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CCHSA).

Para a “Mostra”, os discentes do Curso, particularmente os que fazem estágio a partir do 3º período, contando com o apoio e orientação de seus respectivos supervisores acadêmicos e de campo, elaboraram e apresentaram pôsteres alusivos ao seu campo de estágio, destacando suas especificidades, estimativas de atendimentos mensais e, particularmente, a relação Serviço Social e Direitos Humanos.

Organizada, inicialmente, com propósitos bem definidos de 1) divulgar as atividades desenvolvidas pelos discentes nos diversos campos de estágio, focalizando os direitos humanos; 2) permitir a troca de experiências entre alunos, professores e supervisores, ampliando a visão dos diferentes espaços sócio-ocupacionais do assistente social; 3) demarcar o estágio como um momento ímpar da relação teoria-prática; Universidade-Sociedade; observou-se que nos números e na diversidade dos campos de estágio ali identificados tínhamos revelada de maneira inequívoca a missão da Universidade, que é a de produzir, sistematizar e socializar o conhecimento. Nessa direção, a Faculdade de Serviço Social, no decorrer do processo de formação profissional, por meio dos estágios supervisionados, apresenta uma relação de proximidade efetiva com os diversos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social de Campinas e região, contribuindo, como observa lamamoto (2007, p. 27), para o “aprendizado do enfrentamento das múltiplas expressões da questão social”, bem como contribuindo na efetivação do processo de atenção direta à população usuária nos diversos campos de estágio.

Mas, o que é o estágio supervisionado na Faculdade de Serviço Social? Que dimensões e contribuições ele traz para as comunidades situadas nos espaços em que ele se realiza? Qual a medida da relação Universidade-Sociedade que ele traduz?

A formação do assistente social e o contexto do Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória, indispensável no processo de formação no Curso de Serviço Social no Brasil, que se efetiva mediante a inserção do discente nos diversos espaços sócio-ocupacionais da profissão.

A forma supervisionada do estágio foi instituída desde 1936 quando da criação do curso de graduação em Serviço Social⁴ no Brasil (BURIOLLA, 1996, p. 10). Esta é realizada concomitantemente ao curso, ocorrendo a partir da entrada do estudante no espaço socioinstitucional com o objetivo de capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional e, para tanto, demanda a existência de supervisão sistemática tanto na unidade de ensino quanto no campo de estágio (Resolução CNE/CES 15/2002).

Na dimensão formativa do estágio supervisionado estão presentes duas modalidades de supervisão: a Supervisão Acadêmica realizada no espaço da Universidade e a Supervisão de Campo, realizada pelo supervisor de campo, que responde pela inserção e orientação ao estudante estagiário nos diversos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. A **Resolução nº 533** do Conselho Federal de Serviço Social (2008) definiu **que compete ao supervisor de campo** “a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio em conformidade com o plano de estágio” e ao **supervisor acadêmico** cabe “o papel de orientar o estagiário e avaliar seu aprendizado, visando a qualificação do aluno durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas da profissão”.

⁴ Escola de Serviço Social de São Paulo, fundada em 1936. Cf. Buriolla, M. A. F. Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis, p. 10.

Cumprir destacar que o estágio é parte indissociável do projeto pedagógico do curso, uma vez que “integra o itinerário formativo do educando” (Lei 11.788, 2008, art. 1)⁵, conforme estabelece também a Lei Federal nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão de assistente social, as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, tanto a do Ministério da Educação (2002), quanto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABESS, 1997), a Resolução 533 do Conselho Federal de Serviço Social (2008) **que** regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2009).

A Lei do Estágio (Lei 11.788) vigente no Brasil define que o estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que

[...] visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de *educação superior*, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Lei nº 11.788, art. 1º, destaques nossos).

É dessa forma que, na perspectiva do processo de formação do assistente social, os campos de estágio não são apenas espaços de formação técnico-profissional. São espaços vividos que impõem ao estudante ser capaz de compreender a dinâmica protetiva assistencial que se estabelece em um dado território. Essa dinâmica é marcada intimamente por relações de poder, de saber e de valor que têm profundas implicações no estabelecimento de redes de compromissos tecidos a partir de relações interpessoais concretas e que estabelece uma intencionalidade e direção às redes de petição e de compromissos possíveis (JOAZEIRO, 2012, p. 101).

Na Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) o estágio supervisionado, concebido

como mediação e articulação de conhecimentos, trabalha a relação prática profissional e realidade social em níveis graduais de aprofundamento. Realizado do 3º ao 8º período, e em consonância com a perspectiva investigativa, vai da observação participante à intervenção, culminando com um projeto de pesquisa que resulta no Trabalho de Conclusão de Curso.

Nesse aspecto, é importante destacar que a prática profissional está situada no interior da divisão social do trabalho e corresponde à expressão específica da prática social. Por conseguinte, comporta as seguintes características: a) é socialmente determinada em seus elementos fundamentais; b) corresponde ao produto de seus agentes profissionais; c) é histórica e mutável; d) está sujeita a permanentes redefinições frente às mudanças das expressões da questão social; e) quando submetida a um contexto de interpretação teórico-metodológica, a prática profissional devidamente relatada, constitui caminho para se chegar à práxis.

Para a conquista desse percurso formativo antes mencionado, destaca-se a importância do relato científico elaborado pelo estudante estagiário, mediante a supervisão acadêmica - elemento imprescindível no processo educativo, que, aliada à supervisão de campo permite:

- a) acompanhar, esclarecer e apoiar o aluno no seu crescimento pessoal e profissional, relacionados às intervenções da prática cotidiana;
- b) identificar o princípio da vida social em situações específicas de estágio, com a contribuição interdisciplinar;
- c) verificar como as forças sociais presentes na conjuntura se expressam nas condições imediatas do exercício profissional;
- d) estabelecer estratégias de ação que apontam para a superação de desafios colocados à prática profissional e para o projeto ético-político;
- e) refletir sobre o cotidiano, compreendendo os níveis de consciência e de saber de cada realidade;

⁵ Brasil. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre o estágio de estudantes no Brasil.

- f) identificar e ampliar o espaço sócio-ocupacional do Assistente Social (PUC-CAMPINAS, Projeto Pedagógico da Faculdade de Serviço Social, p. 65-66).

Os estágios curriculares do Curso de Serviço Social ocorrem em organizações governamentais, não governamentais, de natureza confessional ou laica, empresariais, hospitalares, confessionais, universidades, conselhos de direitos, associações de classe, sindicatos, movimentos sociais, dentre outros. Essas organizações estão voltadas para as políticas públicas, planejamento, gestão e execução de políticas sociais de defesa de direitos, proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social (PNAS, 2004, p. 13). Situam-se nas áreas da assistência social, saúde, trabalho e geração de renda, educação, habitação e meio ambiente, área sociojurídica, de atendimento à criança e ao adolescente, à família, à mulher, à pessoa com deficiência, ao migrante, à pessoa em situação de rua, presidiário, entre outros.

É importante destacar que os espaços sócio-ocupacionais, historicamente, vão se diversificando, atendendo a novas demandas sociais, tanto oriundas das organizações das classes trabalhadoras, quanto de segmentos específicos da sociedade civil, requerendo tanto a implementação e implantação de políticas sociais pelo Estado, quanto as intervenções de diversos setores da sociedade e do empresariado. Esse contínuo processo de reconfiguração da sociedade exige do estudante de Serviço Social novos conhecimentos, habilidades, competências e mediações específicas, diante do impacto das tensões inerentes à sociedade de classes.

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado - nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário -, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e

movimentos sociais. Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 19).

A diversidade das áreas e das organizações sociais em que ocorrem os estágios dos discentes de Serviço Social abre um leque de possibilidades educacionais. Primeiramente, traz uma riqueza de dados qualitativos e quantitativos que necessita ser analisada e compreendida como expressão da relação recíproca e marca inequívoca da “indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e profissional” (Diretrizes ABEPSS, p. 62). Em segundo lugar, é nesse espaço socioinstitucional que se percebe com maior clareza o significado social da profissão, desvelando as possibilidades de ação presentes, mas nem sempre visíveis, na realidade social.

O Estágio Supervisionado na Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas

O Estágio no Curso de Serviço Social enquanto etapa importante do processo formativo, mediante a supervisão de campo e acadêmica, aproxima gradativamente o discente dos diversos espaços sócio-ocupacionais da profissão.

O currículo do Serviço Social no Brasil é composto por um conjunto de conhecimentos indissociáveis⁶ que se traduz em *núcleos de fundamentação* constitutivos da formação profissional⁷, núcleo este que se subdivide em três núcleos: Núcleo de Fundamentação Teórico-Metodológico da Vida Social; Núcleo de Fundamentação da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional⁸.

No primeiro e segundo períodos do curso de Serviço Social, as disciplinas teóricas e práticas

⁶ ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, *Cadernos ABESS*, 7: 63.

⁷ *Ibid.*, p. 68 (destaques do autor).

⁸ Para um detalhamento da organização dos núcleos e as disciplinas que os compõem remetemos o leitor a ABESS/CEDEPSS, *op. cit.*, p. 62TM72.

que compõem o currículo permitem que o discente desenvolva o “conhecimento sensível da realidade social”, explicitando as expressões da questão social, “historicamente situadas e as possibilidades de atuação profissional do Serviço Social através da observação da realidade social e socioinstitucional” (PUC-CAMPINAS, 2008, p. 37). Seu olhar, despertado pelos estudos relativos tanto à gradual introdução ao *corpus* de saberes da profissão quanto às disciplinas de outros campos de conhecimento, permite ao discente atentar para o “cotidiano de populações que habitam diferentes territórios”, em sua configuração física e urbana e nos aspectos “econômicos, sociais, culturais, religiosos e políticos da população” (PUC-CAMPINAS, 2008, p. 57). Nesse momento do curso, ainda não se pode falar de estágio propriamente dito, pois não há a inserção do discente no cotidiano das instituições. Trata-se, contudo, de um processo de aproximação sensível da realidade por meio da observação do território, de suas expressões de fragilidades e suas potencialidades bem como de uma introdução à compreensão do espaço que ocupam as instituições na rede de atenção à população e a sua rede de relações.

Nos terceiro e quarto períodos, correspondentes ao segundo ano de formação, o discente já tem a oportunidade de realizar, sob supervisão de campo e acadêmica, o estágio de observação participante. Cabe ressaltar, que as atividades profissionais de que participa estão previstas e delimitadas no documento denominado *Plano de Estágio*, formalmente acordado entre a Unidade de Ensino (PUC-Campinas) e a Organização Campo de Estágio. Essa experiência, fundamental para a formação, “permite o contato com a realidade sócio-institucional de modo a compreendê-la e analisar a sua constituição, sua inserção no contexto social mais amplo, suas demandas e as possibilidades de atuação do Serviço Social” (PUC-CAMPINAS, 2008, p. 38). Num primeiro momento, o estudante estagiário conhece a estrutura e o funcionamento das organizações sociais e “desenvolve atividades profissionais com base no Plano de Estágio” (PUC-CAMPINAS, 2008, p. 58). No período seguinte, ele “realiza a observação participante da realidade

social concreta da população usuária da organização campo de estágio”, sendo introduzido nos conhecimentos relativos ao registro e sistematização das informações relativas “à qualidade de vida, necessidades, expectativas, níveis de consciência e de participação” dos usuários, “como também, da prática profissional do assistente social nessa realidade” (PUC-CAMPINAS, 2008, p. 58).

Nos dois anos subsequentes, do quinto ao oitavo período, o discente “realiza o estágio em campo elaborando, executando, monitorando e avaliando Projetos de Ação de Serviço Social supervisionado” (PUC-CAMPINAS, 2008, p. 38). No estágio do quinto período, o discente “identifica demandas sociais específicas da realidade do campo de estágio, priorizando temas para elaboração de um projeto de intervenção”. No sexto período “executa, monitora e avalia o Projeto de Estágio e desenvolve, avalia e sistematiza atividades profissionais, com base no Plano de Estágio do Campo” (PUC-CAMPINAS, 2008, p. 59). No sétimo período, o discente estagiário “reflete e analisa competências, conhecimentos e habilidades na realidade específica. Nessa etapa de formação a documentação, o registro, bem como a sistematização de “dados/resultados da ação desenvolvida” (PUC-CAMPINAS, 2008, p. 59) são continuamente trabalhados tanto na relação docente na supervisão acadêmica quanto na orientação direta do supervisor de campo no espaço do estágio. Finalmente, no oitavo período o discente empreende a sistematização dos “resultados do trabalho profissional, com base no Plano de Estágio elaborado entre Unidade de Ensino e Organização Campo de Estágio, relacionando-o com o Projeto Ético-Político da profissão” (PUC-CAMPINAS, 2008, p. 59).

Parceria Universidade-Sociedade nos Campos de Estágio da Faculdade de Serviço Social

As análises aqui apresentadas têm como fonte o registro das experiências e vivências no campo de estágio, realizadas conforme previsto

no Projeto Pedagógico do Curso e conforme os parâmetros antes descritos. Essa experiência formativa, de caráter prático-profissional, foi condensada na forma de pôsteres, elaborados e socializados pelos discentes do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Conforme se observa na Tabela 1, 114 alunos regularmente inscritos no curso, ou 75%

do total de matriculados, estavam aptos no primeiro semestre de 2013 a realizar estágios de campo, pois se encontravam entre o segundo e quarto anos do curso. Destes, 71 tiveram trabalhos apresentados na Mostra de Pôsteres, o que representa 62,28% de participação. Um percentual significativo o suficiente para nos permitir desenhar o quadro da inserção dos discentes nos diversos espaços sócio-ocupacionais do futuro assistente social que a seguir discutiremos.

Tabela 1 - Participação dos discentes da Faculdade de Serviço Social na Mostra de Pôsteres

MOSTRA DE PÔSTERES	NÃO REALIZAM ESTÁGIOS DE CAMPO	REALIZAM ESTÁGIOS DE CAMPO	TOTAIS	PERCENTUAL
ESTAGIÁRIOS PARTICIPANTES DA MOSTRA DE PÔSTERES	0	71	71	62,28%
TOTAL DE DISCENTES	38	114	152	75%

Fonte: Mostra de Estágios da Faculdade de Serviço Social - 05 e 06 de Junho de 2013 - PUC-Campinas

Uma análise detalhada dos espaços sócio-ocupacionais em que se realizam as experiências no estágio supervisionado dos discentes do Curso de Serviço Social da PUC-Campinas revela que estes têm se dado em organizações governamentais, não governamentais, confessionais, empresariais, de assistência social, em instituições de saúde ambulatorial e hospitalares, no campo sociojurídico, nos conselhos de direito, dentre outros. Essas instituições denominadas como campo de estágio, são organizações nas quais são realizadas atividades sociais das áreas de Assistência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Meio Ambiente, Habitação, Jurídica, de atendimento à Criança e ao Adolescente, à Família, à Mulher, Pessoa com Deficiência, Migrante, Pessoa em Situação de Rua, Presidiário entre outros (PUC-CAMPINAS, 2008, p. 61). Em cada uma dessas áreas ou segmento de atuação profissional do assistente social é previsto um conjunto diferenciado de serviços, para os quais as disciplinas do curso distribuídas ao longo das unidades curriculares na Universidade em articulação com a experiência no estágio

supervisionado têm a função de prepará-lo. A riqueza da experiência formativa se completa, entretanto, quando constatamos o número de beneficiários/usuários atendidos mensalmente, a diversidade das áreas e segmentos de atuação e o conjunto de municípios envolvidos.

Por meio da Figura 1 é possível constatar, por intermédio do número alcançado de atendimentos mensais nas diversas áreas de atuação e segmentos dos campos de estágio, como a inserção do discente estagiário, no decorrer do curso de graduação, efetiva uma aproximação com a população usuária de instituições públicas e privadas. Essa inserção impõe aos estagiários a necessidade de aprender realizar uma diversificada gama de atendimentos à população usuária desses serviços.

A rede de municípios em que estão situados os campos de estágios reforça o contexto regional de atuação da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas. Embora a sede administrativa e os *campi* estejam no município de Campinas, sua

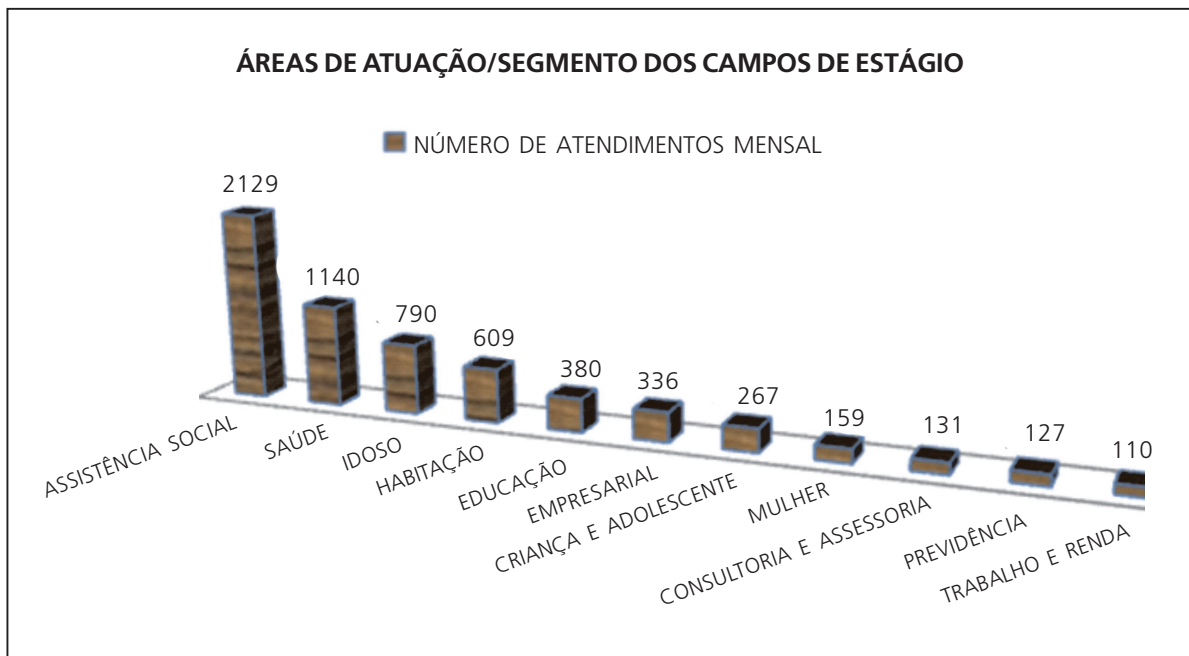


Figura 1 - Número Mensal de Atendimento nos campos de estágio por áreas de atuação e segmento.

área de influência, todavia, estende-se para além desta cidade. Na dinâmica de receber estudantes de diversas regiões para a formação profissional, preparando-os para intervir mediante um processo ativo de inserção nos diversos espaços sócio-ocupacionais dos campos de estágios locais ou regionais, consolida-se a participação da Universidade na sociedade, à medida que contribui, também, no atendimento direto às populações usuárias desses serviços.

Especialmente, a Figura 2 revela como se dá a inserção do estudante estagiário nos diversos municípios bem como o número de usuários atendidos pelos discentes da Faculdade de Serviço Social desta Universidade.

A Tabela 2 organiza e hierarquiza percentualmente a distribuição dos 6.228 atendimentos executados mensalmente pelos 71 discentes estagiários do Curso de Serviço Social que estagiam em 10 municípios da Região de Campinas.

Observando-se a distribuição percentual dos atendimentos nos municípios, conforme constam nas Figura 2 e Figura 3, verificamos que embora Campinas concentre um pouco mais de 2/3 do

número de atendimentos realizados mensalmente, ainda assim é significativa a participação dos discentes nos demais municípios. Ademais, o número total de 6.228 usuários atendidos conforme apresentado na Mostra de Pôsteres pode ser reavaliado. Considerando-se que a amostra com a qual estamos trabalhando representa 62,28% do universo de discentes com atividades de estágio curricular obrigatório, podemos estimar em 10.000 o número total de atendimentos realizados mensalmente, apenas generalizando os resultados.

O estágio curricular supervisionado é, dessa forma, um instrumento de mão dupla: de um lado, as dificuldades e questões suscitadas pela realidade socioinstitucional vivenciada pelos discentes são prontamente trabalhadas no âmbito da Universidade pelo corpo docente; de outro, o universo teórico, discutido nos livros e nas aulas, encontra sujeitos reais, com necessidades específicas e, quase sempre, urgentes a serem resolvidas. Ganha a Universidade, a população usuária, os estagiários e as organizações campos de estágio, à medida que podem ampliar sua capacidade de realizar serviços de qualidade para a população adstrita ao seu campo de intervenção.

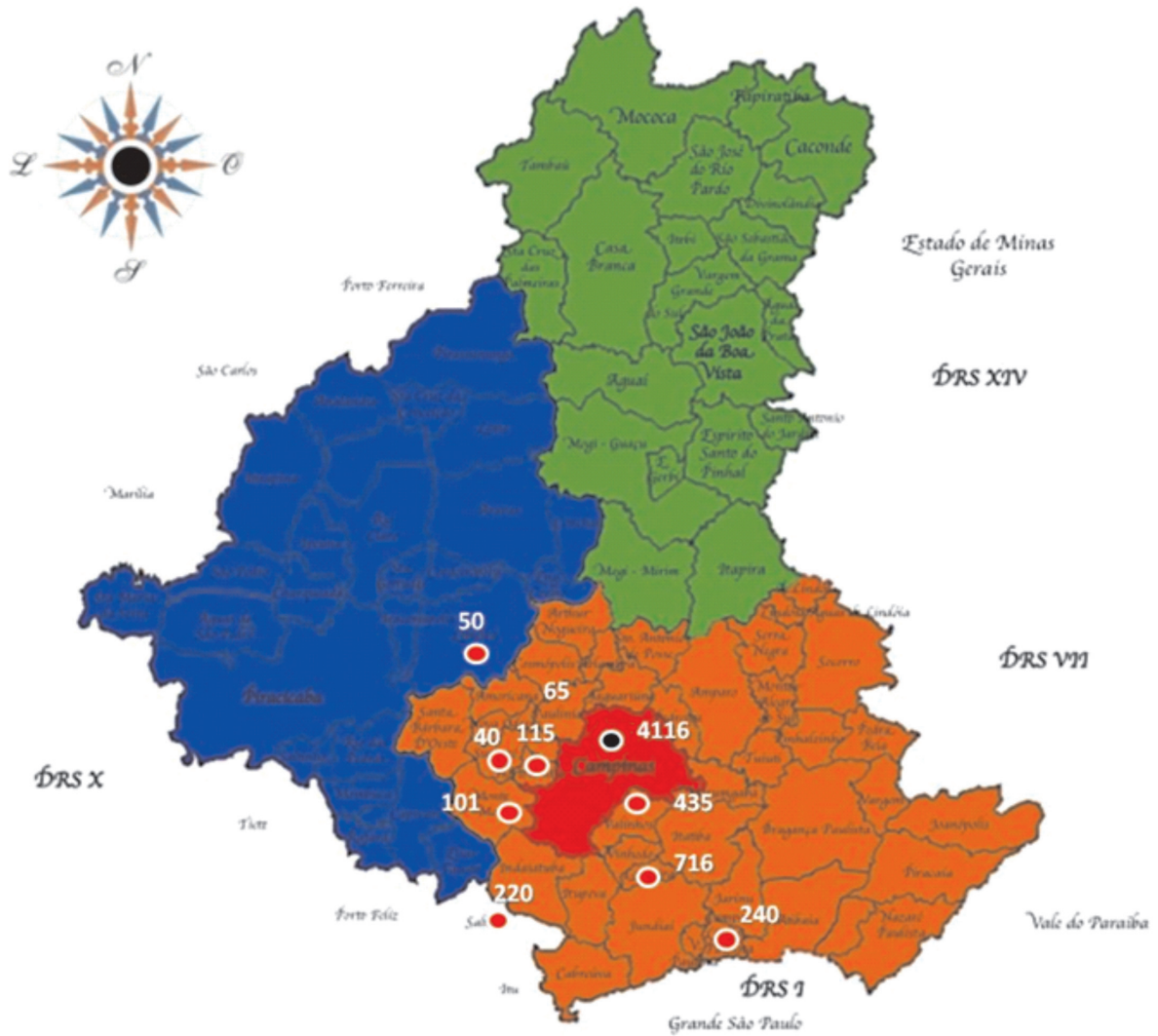


Figura 2 - Municípios e Número de Usuários Atendidos Pelos Discentes da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas.

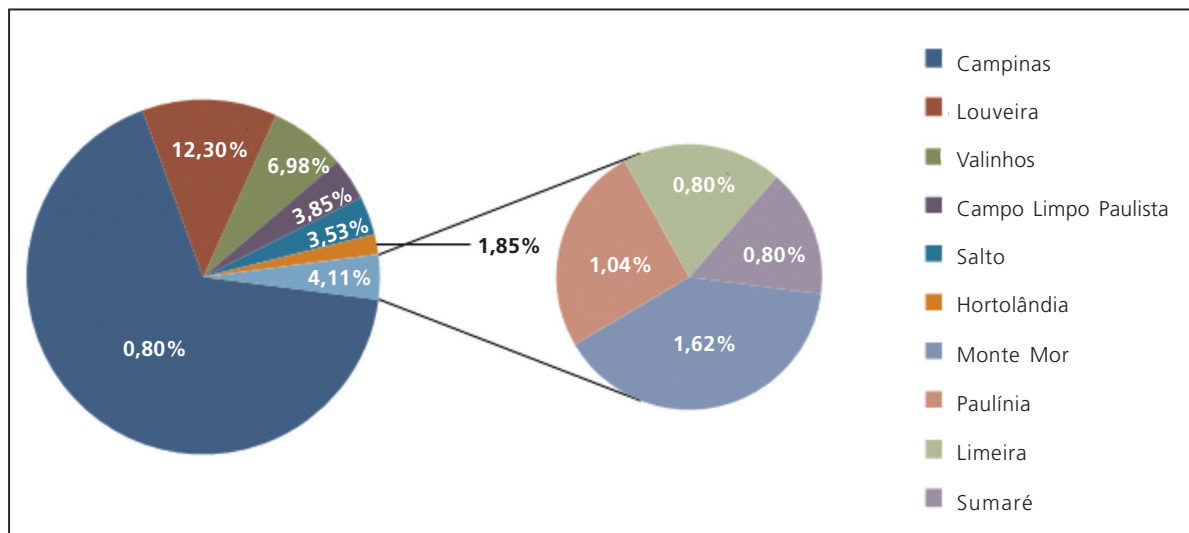
Fonte: ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DA SAÚDE: DEPARTAMENTOS REGIONAIS REGIONAIS DE SAÚDE⁹ (adaptado pelos autores)

⁹ Disponível em <http://www.saude.sp.gov.br/ses/institucional/departamentos-regionais-de-saude/regionais-de-saude>, acesso em 07 de outubro de 2013.

Tabela 2 - Distribuição de discentes e população usuária atendida mensalmente nos municípios da Região de Campinas

MUNICÍPIOS	DISCENTES	PERCENTUAL	POPULAÇÃO USUÁRIA ATENDIDA MENSALMENTE	PERCENTUAL
Campinas	52	73,24%	4196	67,37%
Louveira	5	7,04%	766	12,30%
Valinhos	5	7,04%	435	6,98%
Campo Limpo Paulista	1	1,41%	240	3,85%
Salto	1	1,41%	220	3,53%
Hortolândia	1	1,41%	115	1,85%
Monte Mor	2	2,82%	101	1,62%
Paulínia	2	2,82%	65	1,04%
Limeira	1	1,41%	50	0,80%
Sumaré	1	1,41%	40	0,64%
TOTAL	71	100,00%	6228	100,00%

Fonte: Mostra de Estágios da Faculdade de Serviço Social - 05 e 06 de Junho de 2013 - PUC-Campinas

**Figura 3** - Distribuição Percentual do Número de Atendimentos nos Municípios Realizados Mensalmente pelos Estagiários da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas.

Serviços prestados pelos estagiários da Faculdade de Serviço Social

As Diretrizes Curriculares definem o bacharel em Serviço Social como o profissional “que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu

enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho” (BRASIL, CNE/CES, 2002). A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, em seu Artigo 6º, afirma

que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Neste estudo, entretanto, consideraremos apenas as áreas ou segmento de atuação profissional que, conforme apresentado pelos discentes na Mostra de Pôsteres, revelam as demandas das populações assistidas e as políticas públicas correspondentes.

Começaremos por destacar a inserção dos discentes no campo da Seguridade Social que, no Brasil, compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social.

A participação dos discentes nos processos socioassistenciais desses campos de intervenção lhes permite compreender o valor da política social e de sua relação com as expressões da desigualdade social presentes na vida de grandes contingentes populacionais desta região. Assim como implica o desafio de aprender a articular saberes do campo das políticas sociais na sua relação com o território vivido (SANTOS, 2006, KOGA, 2011), colocando-os em contato continuado com os critérios de inclusão e da exclusão desses direitos. Como resultado, propicia, igualmente, condição para a reflexão sobre a necessidade de realizar projetos socioeducativos que permitam à população reivindicar o acesso ao conhecimento e ao usufruto dos direitos sociais como forma de enfrentamento das múltiplas expressões da questão social.

No Quadro 1 temos condensadas as informações sobre os municípios atendidos (10) pelos estagiários do curso de Serviço Social (71), que realizam um total mensal de 6.228 atendimentos em áreas de atuação da esfera das Políticas Sociais de Seguridade Social (assistência social, saúde, previdência, habitação e educação) e em seus segmentos (criança e adolescente, idoso mulher, empresarial, consultoria e assessoria, trabalho e renda e sociojurídico). Mesmo reconhecendo que o objetivo deste estudo é apenas o de dimensionar a relação Universidade-

Sociedade a partir da inserção profissional dos estagiários do Curso de Serviço Social, exemplificaremos a natureza e extensão de alguns desses serviços.

Assistência Social

No segmento da Assistência Social (Quadro 2) o estudante estagiário vivencia o trabalho de atenção às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social (PNAS, 2004, p. 38) que perpassa outras demandas que são ofertadas por meio do trabalho em rede, como a educação, saúde, habitação, trabalho e renda.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se organiza segundo as modalidades de proteção social: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, estando esta última subdividida em duas modalidades, a Média e a Alta Complexidade.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a unidade da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que funciona como porta de entrada para as famílias e busca intervir e mediar as relações por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Visa garantir a segurança de sobrevivência, tanto as de rendimento quanto a de autonomia; de acolhida; de convívio ou vivência familiar (CRAS/MDS, 2009). O CRAS tem a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos.

O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), cuja execução é obrigatória e exclusiva. Este consiste em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. A intervenção é definida a partir de diagnóstico das demandas que se configuram sob a forma de

Quadro 1 - Distribuição dos estagiários por cidade, área de atuação e número de atendimento mensal

CIDADE	ÁREAS DE ATUAÇÃO/SEGMENTO	ESTA-GIÁRIOS	ATENDIMENTO MENSAL	TOTAL DE ATENDIMENTO MENSAL
Campinas	ASSISTÊNCIA SOCIAL	19	1188	2129
Louveira		4	366	
Salto		1	220	
Sumaré		1	40	
Valinhos		4	315	
Campinas	SAÚDE	12	1025	1140
Hortolândia		1	115	
Campinas	PREVIDÊNCIA	2	127	127
Campinas	HABITAÇÃO	3	489	609
Valinhos		1	120	
Campinas	EDUCAÇÃO	3	330	380
Limeira		1	50	
Campinas	CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	180	267
Monte Mor		1	37	
Paulínia		1	50	
Campinas	IDOSO	2	390	790
Louveira		1	400	
Campinas	MULHER	3	159	159
Campinas	EMPRESARIAL	2	32	336
Campo Limpo Paulista		1	240	
Monte Mor		1	64	
Campinas	CONSULTORIA E ASSESSORIA	1	131	131
Campinas	TRABALHO E RENDA	2	95	110
Paulínia		1	15	
Campinas	SOCIOJURÍDICO	1	50	50
TOTAL		71		6228

Fonte: Mostra de Estágios da Faculdade de Serviço Social - 05 e 06 de Junho de 2013 - PUC-Campinas

prioridades de proteção com base no território, na população que demanda atenção dessa política e no nível de complexidade.

Se analisarmos a configuração dos campos de estágio desse segmento constata-se que 15 discentes estão inseridos em CRAS dos Municípios de Campinas, Louveira, Salto, Sumaré e Valinhos.

Cinco discentes se inserem em campo de estágio em CREAS de dois municípios sendo um de tamanho Pequeno II e outro Metrópole¹⁰. Outros nove discentes realizam seus estágios em organizações não governamentais do município de Campinas. A própria configuração da inserção dos discentes em estágios de municípios de diferentes

¹⁰ A PNAS, com base no território, definiu cinco grandes grupos de municípios: **Pequeno I** municípios com até 20.000 habitantes; **Pequeno II**, compreendendo os municípios entre 20.001 até 50.000 habitantes; **Médio** de 50.001 até 100.000 habitantes; **Grande** com população compreendida entre 100.001 até 900.000 habitantes e **Metrópole** considerando os municípios com mais de 900.000 habitantes. Cf. PNAS, 2004, p. 15.

portes implica a necessidade de tornar compreensível ao estudante estagiário a diversidade de aportes, de instrumentos de intervenção bem como a necessidade do conhecimento da rede socioassistencial disponível em cada território, bem como a presença de limites e de potencialidades presentes nas diversas situações.

Os discentes que realizam seus estágios no CRAS diretamente no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) participam de um conjunto de ações relativas à acolhida, formação e orientação, inserção em serviços de assistência social, tais como socioeducativo e de convivência, encaminhamento a outras políticas, promoção de acesso à renda e, especialmente, acompanhamento sociofamiliar. Nessa perspectiva, sua intervenção dá-se com vista à inserção de famílias submetidas à situação de vulnerabilidade social nos programas assistenciais, por meio do Cadastro Único para Programas Sociais¹¹ (CadÚnico) realizando, ainda, a orientação sobre direitos sociais.

Nesses serviços, os discentes estagiários de Serviço Social participam do processo de acolhimento da população usuária, do atendimento de plantão social, de visitas domiciliares tanto as decorrentes da avaliação da equipe de Serviço Social quanto as solicitadas pela Vara da Infância e Juventude, Vara de Família, Ministério Público, Conselho Tutelar e Defesa Civil. Realizam atendimentos individuais e grupais a adolescentes e seu grupo familiar, além de realizar, sob a orientação do supervisor de campo, os encaminhamentos e interlocução com as redes socioassistenciais e intersetoriais e a rede de serviços socioassistenciais de âmbito local. Participam ainda de reuniões de discussão de situações específicas, de reuniões do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e de reuniões intersetoriais das entidades do território de diversas políticas sociais envolvidas nos atendimentos da população usuária desses serviços.

Destacamos, ainda, a inserção de cinco discentes que estagiam no Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), em municípios de tamanho Pequeno II e Metrópole.

O CREAS consiste numa unidade de serviço especializado e continuado às famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, dentre eles a violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, tanto a Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) quanto à Liberdade Assistida (LA). Os estudantes inseridos nesses espaços de atenção a populações submetidas a situações de risco social aprendem na constância da realização do estágio as múltiplas interfaces que unem as expressões da questão social com as manifestações de violação de direito e, assim, precisam aprender as formas de enfrentamento dessas questões.

É importante destacar que a intervenção no âmbito dos serviços de Proteção Social de Média Complexidade da Política de Assistência Social se difere dos serviços de proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos. Os discentes arrolaram os serviços que realizam junto à população adolescente autora de ato infracional com medida socioeducativa de liberdade assistida executado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), intervenção esta que pressupõe e exige o conhecimento de leis e resoluções que respaldam intervenção profissional tais como: a Lei que regulamenta a profissão, o Código de Ética do Assistente Social, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a Lei Orgânica da Assistência Social (1993), a Política Nacional de Assistência Social (2004), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Lei Maria da Penha¹² e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), entre outros.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é realizada por meio de um conjunto integrado de ações e de iniciativas públicas e da sociedade civil organizada. A Lei Orgânica de Assistência Social define que as entidades e organizações de assistência social são as entidades sem fins lucrativos que desenvolvem de forma permanente, continuada e planejada, isolada ou

¹¹ Regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

¹² Lei nº 11.340/2006 cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil.

Quadro 2 - Assistência Social

SEGMENTO	CIDADE	ESTA- GIÁRIOS	TOTAL DE ESTAGIÁRIOS	ATENDIMENTO MENSAL	TOTAL DE ATENDIMENTO MENSAL
CRAS	Campinas	6	15	449	1365
	Louveira	3		341	
	Salto	1		220	
	Sumaré	1		40	
	Valinhos	4		315	
CREAS	Campinas	4	5	204	229
	Louveira	1		25	
ONG	Campinas	9	9	535	535
TOTAL			29		2129

Fonte: Mostra de Estágios da Faculdade de serviço social - 05 e 06 de Junho de 2013 - PUC-Campinas

cumulativamente, o atendimento, o assessoramento aos beneficiários abrangidos por essa Lei, bem como aquelas que atuam na defesa e garantia de direitos.

A proteção social deve garantir três tipos de seguranças: a de sobrevivência, pautada no rendimento e na busca da autonomia; a de acolhida e a de convívio ou vivência familiar. A PNAS pressupõe a articulação entre organizações governamentais e não governamentais o que implica a necessidade de que os trabalhadores e estudantes que intervêm junto a esses segmentos de população sejam capazes de compreender o processo de organização da política, seus princípios organizativos, suas formas de custeio, bem como os compromissos mútuos indispensáveis ao estabelecimento de padrões de qualidade e de metas para a obtenção de resultados satisfatórios para a população usuária, para as organizações sociais governamentais, não governamentais e para o Estado.

Como representativo desse segmento destacaremos o campo da proteção à mulher na sua intersecção e articulação inequívoca com o campo sociojurídico.

Mulher

A despeito de esse campo ter representado 7,46% do total de atendimento dos discentes na “Mostra” de campo de estágio, ratificamos aqui a importância da temática “mulher” no processo de formação do assistente social. Ressalte-se que o campo de intervenção necessita ser seriamente orientado na direção de uma intervenção ética, crítica e comprometida com a população de mulheres submetidas a múltiplas formas de violência, abuso sexual e riscos à vida.

Conforme observado no Quadro 3, na cidade de Campinas, 03 estagiários estão diretamente envolvidos no atendimento a 159 usuárias, por meio dos recursos materiais, humanos e financeiros disponibilizados por Organizações Não Governamentais (ONG’s).

A inserção de discentes em Organizações Não Governamentais que prestam atendimento a mulheres, crianças e suas famílias, vítimas de violência doméstica e intrafamiliar tem como desafio preparar o aluno para intervir numa realidade de violação de direitos e de múltiplas dificuldades para estabelecer uma relação

Quadro 3 – Mulher

SEGMENTO	CIDADE	ESTA- GIÁRIOS	TOTAL DE ESTAGIÁRIOS	ATENDIMENTO MENSAL	TOTAL DE ATENDIMENTO MENSAL
ONG	CAMPINAS	3	3	159	159
TOTAL			3		159

Fonte: Mostra de Estágios da Faculdade de serviço social - 05 e 06 de Junho de 2013 - PUC-Campinas

protetiva numa sociedade profundamente marcada pelo acesso diferenciado ao direito, ao poder, ao emprego e a renda entre os sexos.

Neste campo de intervenção é frequente a procura de orientação social, psicológica e jurídica independentemente da orientação sexual e socioeconômica. Essa intervenção visa restabelecer os vínculos familiares e de pertencimento social, promover a emancipação financeira das usuárias e de sua família por meio de projetos sociais e de cursos profissionalizantes.

Nas situações de risco de morte e ou de ameaça a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, com ou sem filhos, realiza-se o “abrigo” com vistas a evitar a continuidade das situações de violência à mulher, oferecendo-lhes abrigo provisório e sigiloso. Nessas situações é oferecida moradia, alimentação e higienização, procurando assegurar segurança física, emocional e o fortalecimento da autoestima. Esse tipo de intervenção tem como alvo, no limite, possibilitar a construção de projetos pessoais visando à superação da situação de violência e o desenvolvimento de capacidades e oportunidades para a busca da autonomia pessoal e social.

Diante da realidade proporcionada pelo atendimento a situações de violação de direito e de vitimização, o estudante se defronta tanto com a necessidade de aprender a intervir nos serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, quanto nos serviços de Alta Complexidade, em que o acolhimento institucional, nas modalidades abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem e Residência Inclusiva constituem diferentes tipos de equipamentos destinados à famílias e/ou indivíduos com vínculos

familiares rompidos ou fragilizados com o objetivo de garantir a proteção integral.

Política de Saúde

A estrutura epidemiológica no Brasil tem como característica a presença de doenças parasitárias, contagiosas, doenças decorrentes da fome, consideradas antigas moléstias, coexistindo com as novas e “modernas” doenças, como as do cérebro e as cardiovasculares, as causadas pela violência, a Aids e as dos transplantes de toda natureza. A heterogeneidade da estrutura epidemiológica no Brasil (POSSAS, 1989) revela dificuldades para implantação de um modelo mais inclusivo. A política de Saúde enfrenta hoje grandes desafios decorrentes da ampliação da demanda de atenção à saúde correlacionada com as mudanças do perfil demográfico e do padrão de morbimortalidade que impõe a necessidade de ampliar o conhecimento relativo dessa articulação entre necessidades de saúde (MEHRY, 2004) na sua articulação com as chamadas necessidades humanas (PEREIRA, 2002) e sociais.

Os recursos financeiros, tecnológicos e humanos necessários para enfrentar as múltiplas dificuldades dessa estrutura epidemiológica são enormes e os desafios postos são de uma profunda complexidade, uma vez que há um grande contingente de pessoas que carecem de cuidados. Esse público é constituído por pessoas doentes, excluídas do mercado formal de trabalho e sem acesso às mínimas condições de cidadania, campo esse em que o aprendizado dos agravos a saúde, requer também a necessidade de aprender a

Quadro 4 - Política de Saúde

SEGMENTO	CIDADE	ESTA- GIÁRIOS	TOTAL DE ESTAGIÁRIOS	ATENDIMENTO MENSAL	TOTAL DE ATENDIMENTO MENSAL
EMERGÊNCIA	Campinas	3	12	300	1025
HOSPITAL DE ENSINO		4		308	
ALTA COMPLEXIDADE		2		183	
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE		1		73	
ONG		2		161	
DEPENDÊNCIA QUÍMICA	Hortolândia		1		115
TOTAL			13		1140

Fonte: Mostra de Estágios da Faculdade de serviço social - 05 e 06 de Junho de 2013 - PUC-Campinas

reconhecer as potências e impotências do território de forma a encontrar, fortalecer e defender a vida, ainda que haja inúmeras fragilidades que geram obstáculos à emancipação e à defesa da vida.

Uma análise atenta da Figura 1 e do Quadro 4 revela-nos que no ano de 2013 o campo da saúde foi o segundo maior campo de intervenção, se tomarmos como base a quantidade de pessoas atendidas nos municípios de Campinas (89,9%) e de Hortolândia (10,1%). Os segmentos de efetivação dessa política pública apresentam-se bastante diversificados, dimensionados que são para atender os diferentes níveis de complexidade com os quais a população se depara na área da saúde. Indo desde os espaços de atendimento emergencial até aqueles equipados para tratamento de alta complexidade. Se a primeira maior política de atenção apresentada pelos alunos foi a da Assistência Social, que correspondeu a 34,18% do público atendido nos espaços sócio-ocupacionais que oferecem estágio aos discentes do Curso de Serviço Social desta Universidade, o segundo maior número de atendimentos ocorreu na política de saúde, que representou 18,3% do total do público atendido pelos discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma “ciência social aplicada”, a característica fundante do processo

formativo do assistente social não poderia ser outra que sua inserção nos espaços sócio-ocupacionais da profissão. Essa inserção, todavia e como visto, não acontece de modo abrupto ou pedagogicamente inconsequente, nem está reduzida a uma única possibilidade técnica. Afinal, o espaço de aprendizado é também o espaço em que são atendidas demandas reais, de sujeitos concretos, em situações sociais, políticas e econômicas, expressões da “questão social”. Onde o estágio supervisionado em Serviço Social assume proporções que extrapolam o simples contexto do ensino-aprendizado: ele é, assim como os projetos de pesquisa e extensão, um mediador da relação Universidade-Sociedade.

Para dar números a essa relação, recorreu-se a dados fornecidos pelos próprios estudantes que, entre os dias 05 e 06 de junho de 2013, em espaço coletivo do Complexo do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CCHSA), expuseram na *Mostra de Estágio* pôsteres com informações condensadas do tipo, quantidade e natureza dos atendimentos que realizavam, sob a supervisão acadêmica e de campo, em seus respectivos campos de estágio. Ainda que nem todos os alunos em situação de estágio participassem da exposição, verificou-se que o percentual de 62,26% de expositores é, estatisticamente, representativo e significativo, do perfil de participação dos estagiários junto à população usuária. E mais, podemos,

generalizando os dados da amostra, estimar em 10.000 o número de atendimentos mensalmente realizados com a participação dos nossos estagiários.

Assim, a dupla inserção do estagiário da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas, no espaço da Universidade e na realidade social concreta do exercício profissional vivenciado no campo de estágio, mostrou-se não apenas pelo número total de atendimento, mas, também, na quantidade de municípios, áreas e segmentos de atuação profissional e de discentes envolvidos, mas, também, pela complexidade dos serviços prestados aos usuários, o quanto os discentes do Curso de Serviço Social contribuem para com a realização da missão da PUC-Campinas. A aproximação do estudante com o mundo do trabalho demonstra que o acesso concomitante – acadêmico e profissional – ao conhecimento do *corpus* de saberes da profissão exige um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e das múltiplas relações e implicações para o aprendizado das muitas dimensões indispensáveis ao exercício profissional. Mas, permite, de outro lado, que as necessidades das populações usuárias de seus serviços possam ser satisfeitas pela disposição da Universidade em contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária por meio da produção, sistematização e socialização do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação brasileira de ensino de serviço social / centro de documentação e pesquisa em políticas sociais e Serviço Social. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*. Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, de 08 de novembro de 1996. *Cadernos ABESS*, São Paulo, v. 7, p. 58-76, nov. 1997.
- Associação brasileira de ensino de serviço social. Política Nacional do Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), *Temporalis*. Estágio, Ética e Pesquisa: desafios para a formação profissional. Ano IX (17): 162-202. Jan/Jul 2009.
- Buriolla, M. A. *Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papeis*, 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 209 p.
- Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 15*, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.
- Brasil. Presidência da República. Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.
- Brasil. CRAS/ MDS. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social. MDS. Brasília: 2009, 72 p.
- Brasil. *Lei Orgânica da Saúde. Lei nº 8.080*, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 set. 1990*
- _____. *Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069*, de 13 de julho de 1990. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 de julho de 1990*.
- Brasil. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 08 de junho de 1993.
- _____. *Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742*, de 7 de dezembro de 1993. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 08 de dezembro de 1993.
- _____. *Norma Operacional Básica de Assistência Social. NOB/2010*. Documento para consulta pública. Brasília, 2010.
- _____. *Lei nº 12.435*, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília. 2011.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (CNA). Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*, Brasília, 2004. Versão Oficial. São Paulo: Cortez, 2004. 78 p.
- Brasil. *Política Nacional do Idoso*. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, de 5 de janeiro 1994.
- _____. Resolução CNA nº 109. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 11 de novembro de 2009.

_____. *Norma Operacional Básica de Assistência Social. NOV/2010*. Documento para consulta pública. Brasília, 2010.

Brasil. *Lei nº 11.788*, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências; *Diário Oficial [da] União*. Senado Federal, 26 de setembro de 2008.

Brasil. Ministério da Saúde. Norma Operacional Base do Sistema Único de Saúde 01/1996. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 06 de novembro de 1996.

Brasil. *Lei nº 9.394/96*, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB).

BRASIL. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. *Lei nº 12.594*, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

Conselho Federal de Serviço Social. *Resolução nº 273/93*. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 de março de 1993.

Conselho Federal de Serviço Social. *Resolução nº 383/99*. Caracteriza o assistente social como profissional da saúde. Brasília, DF, 29 de março de 1999.

Conselho Federal de Serviço Social. *Resolução nº 533*, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social.

Iamamoto, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 326 p.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 15-50.

_____. Posfácio. Questão social, família e juventude. Desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: Sales, M.A.; Matos, M.;

LEAL, M. C. (Org.) *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos 2ª*. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Joazeiro, E.M.G. *Estágio Supervisionado: Experiência e conhecimento*. Santo André, SP: ESETec, 2002. 171 p.

_____. *Supervisão de Estágio: Formação, Saberes, Temporalidades*. Santo André, SP: ESETec, 2008. 260 p.

_____. Supervisão de estágio acadêmica e de campo no Serviço Social: interpenetração e [in]dissociabilidade de saberes e de temporalidades *da e na* formação, 2012. 190 p. (Pós-Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

Koga, D. *Medidas da Cidade: entre território de vida e territórios vividos*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011, 336 p.

MARTINELLI, M. L. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema *Revista Serviço Social & Sociedade*, v. 43, 1993, São Paulo: Cortez, p. 136-141.

Merhy, E.E. Perspectivas atuais do SUS e o agir tecnológico do trabalhador como um ato ético político. *Serviço Social & Saúde*, III (3): 1-12. Campinas, 2004.

Pereira-Pereira, P. A. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 215 p.

Possas, M. C. *Epidemiologia e sociedade: heterogeneidade estrutural e saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1989. 271 p.

PUC-CAMPINAS. *Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social*. Campinas, julho de 2008, 106 pp. Mimeo.

Santos, M. O dinheiro e o território. In: Santos, M. et al. *Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006, 2ª edição, pp. 13-21.

Schwartz, Y. Transmissão e Ensino: do mecânico ao pedagógico. *Pro-Posições*, v. 16, n. 3 (48), p. 229-44, set./dez. 2005.